

# PUBLICIDADE LEGAL

**CALÇADOS BEIRA RIO S/A.** CNPJ 88.379.771/0001-82. NIRE 43300035247. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO.** Assembleia Geral Extraordinária. Convoca-se os acionistas da Calçados Beira Rio S/A ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 16 de setembro de 2025, às 9:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Rodovia RS 239, km 17,5, nº 4.400, bairro São José, em Novo Hamburgo/RS, CEP 93530-534. A Assembleia Geral será realizada na modalidade **semipresencial**, sendo facultada a participação e votação à distância pelos acionistas, na forma do artigo 121, § único, da Lei 6.404/76 e da regulamentação aplicável. A participação remota se dará exclusivamente por meio de plataforma de videoconferência cujo **link** e senha de acesso serão fornecidos pela administração aos acionistas que os solicitarem, na forma deste Edital. A Assembleia Geral apreciará e deliberará sobre a seguinte ordem do dia: (i) Ratificação da aquisição de ações preferenciais pela Companhia, nos termos do art. 30, §1º, 'b', da Lei nº 6.404/76; (ii) Cancelamento das ações preferenciais em tesouraria, com a consequente alteração do art. 6º, *caput*, do Estatuto Social da Companhia; (iii) Consolidação do Estatuto Social; e (iv) Autorização para a transferência de ações preferenciais tituladas pelo acionista Heitor Vanderlei Linden, nos termos do art. 35 do Estatuto Social da Companhia. **Informações Gerais:** (i) **Disponibilidade dos documentos:** Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede da companhia, os documentos pertinentes às matérias a serem apreciadas, conforme aplicáveis. (ii) **Procuração:** Em caso de participação presencial, eventuais instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia em até 24 (vinte e quatro) horas antes do horário da assembleia. (iii) **Participação e votação à distância:** O convite para participação e o link para o acesso aos documentos pertinentes à Assembleia Geral aplicáveis, disponibilizados em meio digital seguro, serão remetidos ao acionista que os solicitarem com até 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de início da Assembleia Geral. A solicitação deverá ser encaminhada por e-mail ao seguinte endereço eletrônico: <bruno\_emerim@beirario.com.br>. Juntamente com a solicitação de senha e link de acesso, o acionista deverá anexar em via eletrônica (em arquivo PDF), conforme aplicável, os seguintes documentos de habilitação: (a) cópia de documento de identidade do acionista ou (b) cópia do documento societário que comprove a representação legal do acionista e do documento de identidade do respectivo representante legal. No caso de representação por procurador, será exigida também cópia digitalizada (em arquivo PDF) do respectivo instrumento de procuração e do documento de identidade do procurador. Novo Hamburgo/RS, 21 de agosto de 2025. Roberto Argenta. Diretor-Presidente.

## Jornal do Comércio

# PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.



LEIA O QR CODE

ENTRE EM CONTATO PARA FAZER  
UM ORÇAMENTO E CONHECER  
MELHOR NOSSO PRODUTO.

WHATSAPP: (51) 3213-1342  
E-MAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR





# MEDABIL INDUSTRIA EM SISTEMAS CONSTRUTIVOS S/A

CNPJ 94.638.392/0001-62 (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)



## RELATÓRIO DA ADMINSTRAÇÃO

### Senhores acionistas

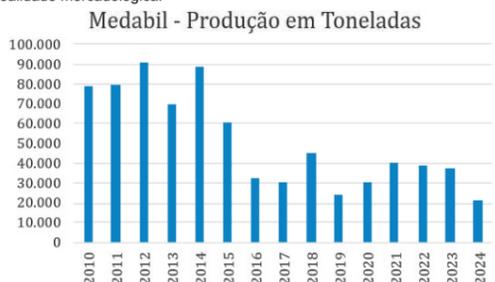
Apresentamos para apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao ano de 2024, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente. Assim, entendemos que, de forma abrangente, demonstramos o desempenho econômico e financeiro da Companhia.

Em 28 de março de 2024, perante a Comarca de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, ajuizamos ação de "Recuperação Judicial", nos termos da Lei No 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada, e do parágrafo único do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações e demais disposições legais aplicáveis ("Pedido de Recuperação Judicial").

No dia 28 de março de 2024, o pedido foi deferido. Em consequência do Pedido de Recuperação Judicial os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de julho de 2024 a instalação de um Conselho Fiscal e eleição dos seus membros. O Pedido de Recuperação Judicial busca garantir a sustentabilidade da Medabil, de lhe permitir meios de se reorganizar e honrar os compromissos assumidos e continuar a fornecer serviços aos seus clientes, assim possibilitando a continuidade de suas atividades, a preservação do valor da Companhia, a manutenção dos empregos e o estímulo à atividade econômica, promovendo o interesse da Companhia e atendendo de forma organizada aos interesses de seus credores, trabalhadores e acionistas.

O processo está sendo conduzido com o auxílio e suporte de profissionais e empresas especializadas em reorganização de empresas, com transparência e respeito, garantindo todos os direitos trabalhistas dos colaboradores envolvidos, com propósito de adequar os custos e as estruturas da Companhia ao atual momento econômico-financeiro e ao Pedido de Recuperação Judicial.

Dentre os motivos da crise que norteia a Companhia estão principalmente: (i) inúmeros desafios que a Companhia enfrentou nos últimos anos, advindos inicialmente da crise econômica do país no período 2016/2017 e logo depois no período da pandemia (OMS - início mar/2020 e fim maio/2023); (ii) somado aos eventos climáticos que afetaram de forma substancial a região Sul no último trimestre de 2023 e início de 2024; (iii) manutenção da taxa de juros em nível elevado; (iv) a corrosão do capital próprio em decorrência do acúmulo de resultados econômicos negativos e consequente aumento do endividamento e redução da capacidade de pagamento; (v) a dificuldade de acesso a fontes de financiamentos a taxas usuais de mercado e; (vi) a dificuldade de adaptação do custo fixo à nova realidade mercadológica.



Historicamente a empresa produzia acima de 60.000 toneladas por ano. A crise econômica do país (16/17) e a pandemia (20/23) retraíram bruscamente a demanda do mercado, afetando diretamente o desempenho da empresa ao longo desses períodos, desencadeando um agravamento da situação financeira e ocasionando elevada ociosidade na estrutura fabril, culminando com o pedido de RJ para poder se adequar aos novos tempos e viabilizar sua retomada de crescimento.

Enquanto aguarda a homologação de seu plano de recuperação, a Companhia vem mantendo as ações voltadas para o retorno do lucro operacional e redução dos custos financeiros através das seguintes ações:

- Redução significativa do custo operacional da empresa através de revisões de processos e reestruturação organizacional, ficando a empresa com Unidades Industriais de Nova Bassano focada para atender aos mercados de pré-engenheiros e de múltiplos pavimentos e a unidade de Chapecó focada no mercado de estruturas especiais e infraestrutura;
- Fortalecimento da estratégia comercial internacional, principalmente nos mercados das Américas Central e Sul com maior penetração nos mercados de infraestrutura, sendo mineração, celulose, siderurgias e de obras nos segmentos de infraestrutura e especiais, reduzindo a dependência do mercado interno para outros segmentos de pré-engenheiros e múltiplos pavimentos no mercado doméstico.
- No começo de 2024 todas as obras constantes na carteira da Medabil estavam com atraso no atendimento no cronograma, devido ao pouco capital de giro. Após o pedido da recuperação judicial, e uma forte disciplina nas ações acima mencionadas, todas as obras se encontram com os cronogramas de entrega em dia.
- A companhia também vem envidando esforços junto às esferas governamentais para parcelamento de seus débitos e regularização dos mesmos.

A Companhia vem direcionando esforços para a aprovação do plano de recuperação judicial em Assembleia Geral de Credores prevista para ser realizada em 05/09/2025.

### PRINCIPAIS INDICADORES

R\$ MM	2024	2023	(%) 2024 - 2023
Receita bruta consolidada	208.164	527.994	-60,57%
CPV	(145.138)	(340.840)	-57,42%
Lucro bruto	46.359	94.621	-51,01%
EBITDA	(4.650)	45.108	-267,27%
Prejuízo do exercício	(262.411)	(54.183)	474,79%

### RECEITA BRUTA (R\$ MM)

Em 2024, a Receita Bruta apresentou uma queda de 60,57% em relação ao mesmo período de 2023, totalizando R\$ 319,8 milhões. Entre os principais motivos para essa queda, destacamos: (i) os impactos dos eventos climáticos na região Sul no último trimestre de 2023 e meados (maio/jun) de 2024, com inundações recorde no Estado que inviabilizaram a produção e transporte de nossos produtos e insumos. (ii) A redução de receitas também pode ser parcialmente explicada pelas dificuldades de capital de giro verificadas ao final de 2023, com reflexos no início de 2024, tendo se normalizado apenas após o protocolo do pedido de Recuperação Judicial.

Destaca-se também a utilização do mecanismo de "faturamento direto ao cliente", que consiste em uma operação na qual o cliente realiza o pagamento de matéria prima e insumos diretamente ao fornecedor, remetendo à Medabil apenas para a industrialização do produto. Esse mecanismo reduziu significativamente a necessidade de caixa da empresa no período. Em 2024, o montante de faturamento direto totalizou R\$ 58.182 mil, representando 30% da receita bruta de 2024 contra 16% em 2023 (R\$ 84.429 mil).

### CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

Nosso CPV foi de R\$ 145 milhões em 2024, 57,42% menor que o verificado em 2023 (R\$ 340,8 milhões). A margem bruta, no entanto, cresceu 5,2 p.p., saindo de 64,5% em 2023 para 69,7% em 2024. A melhoria neste indicador pode ser creditada a uma melhor gestão do capital de giro (após a medida de recuperação judicial) aliada aos esforços de melhoria de resultado que vêm sendo implementados concomitantemente ao processo de recuperação judicial, como já comentado anteriormente.

### LUCRO BRUTO

O Lucro Bruto de R\$ 46,3 milhões foi 51,01% menor em comparação ao mesmo período de 2023, quando o valor foi de R\$ 94,6 milhões. Apesar da queda nominal, a margem do Lucro Bruto pela Receita Líquida aumentou 2,49 p.p., passando de 21,72% em 2023 para 24,21% no ano de 2024.

### EBITDA

O EBITDA (Lucro Operacional antes das Despesas Financeiras, Impostos, Depreciação e Amortização) foi negativo de R\$ 4,65 milhões em 2024, apresentando um decréscimo de 110,31% em comparação ao mesmo período de 2023 (R\$ 45 milhões positivo para R\$ 4,6 milhões negativo). A margem EBITDA pela receita líquida foi positiva de 10,35 em 2023 para negativa de (39,40%) em 2024.

R\$ mil	2024	2023
Prejuízo do exercício	(242.494)	(54.183)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	126.187	5.865
Resultado financeiro	35.960	87.167
Depreciação e amortização	4.895	6.259
<b>EBITDA</b>	<b>(75.452)</b>	<b>45.108</b>
Baixa do ágio (a)	51.250	-
Baixa por impairment (b)	19.552	-
<b>EBITDA AJUSTADO</b>	<b>(4.650)</b>	-

(a) O ágio, no valor original de R\$ 51.250, foi registrado com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros advindos da combinação de negócios. No entanto, com base em estudos de viabilidade econômica, projeções de fluxo de caixa descontado e análise das condições de mercado, concluiu-se que os ativos não apresentam mais capacidade de recuperação compatível com o valor contábil registrado. Dessa forma, foi reconhecida, neste exercício, uma perda não recorrente por impairment no montante de R\$ 51.250. Estamos excluindo esse montante do EBITDA por não ser um elemento caixa, além de ser um ajuste não recorrente.

(b) Refere-se a reclassificação de ativo mantido para venda novamente para o imobilizado. Nestes casos, as normas contábeis determinam que o valor do ativo deve ser remensurado e os efeitos de perda devem ser registrados no ativo. Esse efeito da nova marcação do valor do ativo reclassificado, no valor de R\$19.552, está sendo excluído do EBITDA por também não ser um elemento de caixa, além de ser um efeito não recorrente.

### RESULTADO DO EXERCÍCIO

Apresentamos prejuízo de R\$ 262 milhões no ano de 2024 contra um prejuízo de R\$ 54 milhões em 2023. O resultado negativo foi oriundo dos seguintes fatores:

- reconhecimento de baixa de ágio por expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 51,2 milhões;
- reconhecimento de impairment de imobilizado no valor de R\$ 19 milhões;
- reversão de saldos de tributos diferidos constituídos no passado no valor de R\$ 146 milhões;
- redução drástica das vendas em virtude dos eventos climáticos ocorridos, sem ter sido possível reduzir nossos custos fixos, durante a crise, na mesma proporção e velocidade.

### BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ MM	2024	2023
Ativo circulante	135.988	103.409
Ativo não circulante	134.288	342.690
<b>Total dos ativos</b>	<b>270.276</b>	<b>446.099</b>
Passivo circulante	194.719	557.574
Passivo não circulante	753.659	304.246
Total do patrimônio líquido	(678.102)	(415.721)
<b>Total do patrimônio líquido e passivos</b>	<b>270.276</b>	<b>446.099</b>

### ATIVO CIRCULANTE

A Medabil apresentou durante o ano as seguintes flutuações: i) apesar da redução do faturamento apresentado entre os períodos, houve um forte aumento na concessão de prazo para recebimento aos clientes, elevando o saldo de contas a receber de R\$ 25 milhões para R\$ 57 milhões; (ii) redução significativa do volume de estoques em face da queda no faturamento no valor de R\$ 53,5 milhões para R\$ 28,5 milhões; (iii) aumento no volume de impostos a recuperar oriundo da operação com ICMS e COFINS em especial; (iv) aumento no volume de adiantamento a fornecedores, de R\$ 3,5 milhões para R\$ 18,5 milhões, em virtude da dificuldade de crédito no mercado após a decisão de protocolar o pedido de recuperação judicial.

### ATIVO NÃO CIRCULANTE

A Medabil apresentou durante o ano as seguintes flutuações: i) reconhecimento de remensuração sobre bens destinados a venda para o imobilizado no valor de R\$ 19 milhões; ii) baixa de ágio (impairment) no valor de R\$ 51,2 milhões, reconhecido inicialmente por expectativa de rentabilidade futura; (iii) reversão de saldos de tributos diferidos constituídos no valor de R\$ 146 milhões.

### PASSIVO CIRCULANTE

A Medabil apresentou durante o ano as seguintes flutuações: i) reclassificação de fornecedores no valor de R\$ 104 milhões, obrigações com clientes não cumpridas referentes a adiantamentos efetuados por clientes para realização de obras no valor de R\$ 77 milhões e empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 275 milhões para a conta no passivo não circulante de "credores concursais" em virtude do pedido de recuperação judicial; (ii) aumento nos tributos a recolher no valor de R\$ 20 milhões e; (iii) aumento de fornecedores no valor de R\$ 41 milhões.

### PASSIVO NÃO CIRCULANTE

A Medabil reconheceu credores concursais em virtude da recuperação judicial.

### COMPROMISSO COM A QUALIDADE

Apesar das dificuldades atravessadas nos últimos anos e da recuperação judicial, procuramos manter nossas medidas de equacionamento financeiro e normas políticas de qualidade, como a Política integrada do SIG-ME e Centro de Treinamento (CTM).

Na Política Integrada do SIG ME a MEDABIL assume como compromisso buscar a melhoria contínua do sistema integrado de gestão com domínio tecnológico, implementada e mantida em todos os níveis da empresa, e disponibilizada ao público, clientes, fornecedores e demais partes interessadas. Para tanto compromete-se a: (i) atender às necessidades dos clientes e demais partes interessadas; (ii) buscar a melhoria contínua dos processos, produtos e serviços; (iii) prevenir permanentemente a poluição, acidentes de trabalho, e doenças ocupacionais, assegurando o atendimento dos requisitos legais e outros requisitos inscritos pela organização; (iv) crescimento e desenvolvimento dos talentos humanos com gestão integrada e (v) reduzir a geração dos resíduos e a utilização de recursos naturais.

O CTM - Centro de treinamento, implementado em 2013, tem como objetivo a capacitação de nossos colaboradores e terceiros, de nível operacional e tático nas áreas de Engenharia, Orçamento, Planejamento Industrial e, principalmente, na montagem das estruturas com as melhores práticas de instalações dos produtos e serviços. O centro conta com um espaço digital para ensino a distância, onde os usuários podem acessar os manuais técnicos de montagem dos mais diversos tipos de soluções. Ao final de todos os módulos, são aplicados testes para certificar que o usuário realmente adquiriu o conhecimento necessário.

Há também um simulador, instalado na unidade fabril da Medabil em Nova Bassano para testar na prática os conhecimentos adquiridos, acompanhados de técnicos referência em montagem de estruturas metálicas.

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas pela nova diretoria eleita em 2025 conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

### AUDITORIA EXTERNA

Os auditores independentes da Companhia, Crowe Consult Auditores e Consultores Associados Member Crowe Global, não prestaram outros serviços que não os relacionados com auditoria externa durante o exercício de 2024.

### AGRADECIMENTOS

A Administração registra seu especial agradecimento e reforça nosso compromisso com os colaboradores, clientes, fornecedores, instituições financeiras, sociedade e acionistas. Continuamos fiéis à nossa missão de garantir aos clientes as soluções inovadoras, buscando ser a melhor empresa de serviços e soluções construtivas na América Latina, com foco em nossos clientes, gestão de pessoas, flexibilidade para mudanças e foco em resultados para os nossos clientes, colaboradores e acionistas. Nosso especial agradecimento aos colaboradores pela dedicação e comprometimento com seu trabalho e aos nossos fornecedores e instituições financeiras pela cooperação e parceria indispensável para as atividades da Companhia no momento atual.

Porto Alegre, 18 de agosto de 2025.

### Balancos patrimoniais

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)		Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)	
Ativo	Nota	2024	2023
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.689	9
Aplicações financeiras	-	-	3.163
Contas a receber de clientes	5	57.179	25.153
Estoques	6	28.568	53.520
Impostos a recuperar	7	28.004	18.036
Adiantamento a fornecedores	8	18.548	3.528
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>135.988</b>	<b>103.409</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
<b>Ativo realizável a longo prazo</b>			
Despesas antecipadas		3.769	6.150
Depósitos judiciais		3.310	3.316
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	-	131.087
Impostos a recuperar	7	39.939	39.419
Outros ativos não circulantes		18	19
Direito de uso arrendamento mercantil	19	415	480
		47.451	180.470
Propriedade para investimentos	10	-	25.622
Ativos mantidos para venda	11	-	51.993
Imobilizado abrangente	12	80.285	24.510
Intangível	13	6.552	60.095
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>134.288</b>	<b>342.690</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>270.276</b>	<b>446.099</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores		49.300	108.400
Empréstimos e financiamentos	14	10.916	233.532
Debêntures	15	12.911	12.155
Salários e encargos sociais		11.001	10.094
Impostos a recolher	17	68.825	48.980
Adiantamentos de clientes	18	40.154	143.351
Arrendamento mercantil	19	406	497
Outras contas a pagar		1.206	565
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>194.719</b>	<b>557.574</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Operação financeira com lastro imobiliário	20	46.756	47.322
Fornecedores		2.048	-
Empréstimos e financiamentos	14	196.310	215.385
Credores concursais	16	490.500	-
Imposto de renda diferido	9	14.988	-
Provisão para passivos cíveis, tributários e trabalhistas	21	5.105	5.105
Empréstimos com partes relacionadas	22	-	34.386
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>753.659</b>	<b>304.246</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>948.378</b>	<b>861.820</b>
Capital social		173.904	173.904
Reservas de capital		1.895	1.895
Ajuste de avaliação patrimonial		26.565	26.624
Prejuízos acumulados		(880.466)	(618.144)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	23	<b>(678.102)</b>	<b>(415.721)</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>270.276</b>	<b>446.099</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)					
	Reserva de Capital (Incentivos fiscais)				
	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>173.904</b>	<b>1.895</b>	<b>26.701</b>	<b>(564.078)</b>	<b>(361.578)</b>
Realização de mais valia - depreciação	-	-	(117)	117	-
Realização de mais valia - tributos diferidos	-	-	40	-	40
Prejuízo do exercício	-	-	-	(54.183)	(54.183)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>173.904</b>	<b>1.895</b>	<b>26.624</b>	<b>(618.144)</b>	<b>(415.721)</b>
Realização de mais valia - depreciação	-	-	(89)	89	-
Realização de mais valia - tributos diferidos	-	-	30	-	30
Prejuízo do exercício	-	-	-	(262.411)	(262.411)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>173.904</b>	<b>1.895</b>	<b>26.565</b>	<b>(880.466)</b>	<b>(678.102)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

#### 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

#### 1. Contexto operacional

A Medabil Indústria em Sistemas Construtivos S/A. - Em Recuperação Judicial ("Medabil" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Rua Atílio Bilibio, 685, Nova Bassano, Estado do Rio Grande do Sul. Sua controladora e holding é a Bassano Participações Ltda. As atividades do Grupo consistem, principalmente, no projeto, fabricação e montagem de sistemas construtivos metálicos, prédios múltiplos andares e estruturas de processo.

A Medabil, com mais de 58 anos de história, possui importante posição no setor de soluções de produtos pré-engenheiros no mercado doméstico (Brasil) e como exportadora na América Central e na América do Sul.

#### 1.1 Situação econômica e financeira da Companhia

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentou capital circulante negativo ("CCL negativo") de R\$58.731 (R\$454.165 em 2023)0, prejuízo acumulado de R\$ 860.549 (R\$618.144 em 2023) e patrimônio líquido negativo de R\$ 658.185 (R\$415.721 mil).

Os indicadores financeiros apresentados são resultados dos inúmeros desafios que tem sido enfrentados pela Companhia em anos recentes, inclusive com reflexos advindos da crise econômica do país em 2016/2017 e da pandemia (OMS - mar/2020 a maio/2023). Ao longo dos últimos anos diversas medidas de equacionamento financeiro e melhorias dos resultados da Companhia foram implementadas. Tais medidas vinham apresentando resultados, como a redução dos níveis de prejuízos e a melhoria na geração de caixa verificados no exercício findo em 2023. No entanto, a manutenção da taxa de juros em nível elevado e os eventos climáticos que afetaram de forma substancial a região Sul no último trimestre de 2023 e meados de 2024, com inundações recorde no Estado do Rio Grande do Sul, acabaram por agravar as condições adversas vividas pela Companhia. Esses fatores levaram a Medabil a uma situação financeira agravada, o que demandou a tomada urgente de ações que pudessem proteger a Companhia até ser possível implementar o equacionamento de seu endividamento e a readequação da sua estrutura de capital. Em 23 de março de 2024 os acionistas, através de Assembleia Geral Extraordinária rea-

pagina 1 continua

### Demonstrações dos resultados dos

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	24	191.497	435.461
Custo dos produtos e serviços prestados	25	(145.138)	(340.840)
<b>Lucro bruto</b>		<b>46.359</b>	<b>94.621</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com vendas	25	(13.132)	(29.385)
Despesas administrativas	25	(38.268)	(28.393)
Outras receitas/despesas operacionais	26	(75.306)	2.006
<b>(Prejuízo)/Lucro operacional antes dos efeitos financeiros</b>		<b>(80.347)</b>	<b>38.849</b>
Receitas financeiras	27	70	1.499
Despesas financeiras	27	(27.527)	(99.619)
Variação cambial	27	(8.503)	10.953
(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(116.307)	(48.318)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(146.104)	(5.865)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(262.411)</b>	<b>(54.183)</b>
Prejuízo por ação - em R\$		(1.508,94)	(311,57)

lizada nesta data, aprovaram e autorizaram, em caráter de urgência, o ajuizamento de pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei No 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada, e do parágrafo único do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações e demais disposições legais aplicáveis ("Pedido de Recuperação Judicial"). O pedido de Recuperação Judicial foi deferido em 28/03/2024 pelo Juiz Gilberto Schaefer através do processo No. 5067855-09.2024.8.21.0001, da comarca de Porto Alegre.

De forma a garantir a sustentabilidade da Medabil, honrar os compromissos assumidos e continuar a fornecer os serviços aos seus clientes, o Pedido de Recuperação Judicial busca proteger a Companhia possibilitando a continuidade de suas atividades, a proteção e manutenção dos serviços prestados, a continuidade no estrito cumprimento das suas obrigações, a preservação do valor da Companhia, sua função social e o estímulo à atividade econômica, promovendo o interesse da Companhia e atendendo de forma organizada aos interesses de seus credores, trabalhadores e acionistas.

O processo está sendo conduzido com transparência e respeito, garantindo todos os direitos trabalhistas dos colaboradores envolvidos, com propósito de adequar os custos e as estruturas da Companhia ao atual momento econômico-financeiro e ao Pedido de Recuperação Judicial. Em consequência do Pedido de Recuperação Judicial, os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de julho de 2024 a instalação de um Conselho Fiscal e eleição dos seus membros, em conformidade com o Artigo 48-A da lei No 11.101/05. A Companhia vem direcionando esforços para a aprovação do plano de recuperação judicial em Assembleia Geral de Credores sendo a primeira convocação prevista para ser realizada em 05/09/2025.

Enquanto aguarda a homologação de seu plano de recuperação, a Companhia vem mantendo as ações voltadas para o retorno do lucro operacional e redução dos custos financeiros através das seguintes ações:

a) Redução significativa do custo operacional através de revisões de processos e reestruturação organizacional, ficando a empresa com Unidades Industriais de Nova Bassano focada para atender aos mercados de pré-engenheirados e de múltiplos pavimentos e a unidade de Chapeco focada no mercado de estruturas especiais e infraestrutura;

b) Fortalecimento da estratégia comercial internacional, principalmente nos mercados das Américas Central e Sul com maior penetração nos mercados de infraestrutura, sendo mineração, celulose, siderurgias e de obras nos segmentos de infraestrutura e especiais, reduzindo a dependência do mercado interno para outros segmentos de pré-engenheirados e múltiplos pavimentos no mercado doméstico.

c) No começo de 2024 todas as obras constantes na carteira da Medabil estavam com atraso no atendimento no cronograma, devido ao pouco capital de giro. Após o pedido da recuperação judicial, e uma forte disciplina nas ações acima mencionadas, todas as obras se encontram com os cronogramas de entrega em dia.

**2. Base de Preparação das demonstrações financeiras**

**a) Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de Reais ("R\$" ou "Real") e as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares, exceto se expresso de outra forma.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas com base na premissa de continuidade operacional. No entanto, o pedido de Recuperação Judicial, mencionado na nota 1.1 ainda permanece pendente de aprovação e homologação pela Assembleia Geral de Credores. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 15 de agosto de 2024.

**b) Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

**c) Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

As operações realizadas pela Companhia em uma moeda diferente da moeda do ambiente econômico principal em que operam (a "moeda funcional"), são registradas às taxas vigentes quando as transações no resultado ocorrem ou, no mínimo, pela taxa média mensal. Ativos e passivos em moeda estrangeira são convertidos às taxas cambiais em vigor à data do balanço patrimonial. As diferenças de câmbio resultantes da conversão de ativos e passivos são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem na conta de variação cambial.

**d) Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As principais estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos estão divulgadas abaixo:

**Processos legais**

A Administração reconhece as provisões atribuídas para riscos de perdas prováveis em processos legais cíveis, tributários e trabalhistas. Estas provisões para perdas são baseadas nas estimativas preparadas pela administração com auxílio dos escritórios de advogados para cada processo judicial.

**Vida útil dos ativos**

Os imobilizados são depreciados durante a sua vida útil, com base na taxa de depreciação e amortização considerando a vida útil econômica dos bens.

**Provisão para crédito de liquidação duvidosa**

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração suficiente para cobrir eventuais perdas na sua realização.

A Administração analisa regularmente a necessidade de constituição de provisão para perdas com obsolescência de estoques. Quando há evidências que produtos não serão realizados, uma provisão é registrada.

**3. Sumário das principais políticas contábeis**

**a) Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e com vencimentos em até 90 dias após a sua contratação. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

**b) Instrumentos financeiros**

*i) Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e aplicações financeiras inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

*Os ativos financeiros não derivativos são registrados conforme segue:*

**Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e, mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

**Empréstimos e recebíveis**

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

**Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes saldos de passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, adiantamento de clientes além de outras contas a pagar.

**c) Instrumentos financeiros derivativos**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía nenhuma transação de instrumentos financeiros derivativos. (recomendável explicar a que se refere essas instrumentos financeiros derivativos, a exemplo das explicações dos itens "a" e "b")

**d) Impairment de ativos não financeiros**

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Em conformidade com o disposto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e CPC 15 – Combinação de Negócios, a Companhia realizou em 31 de dezembro de 2024, o teste de recuperabilidade referente ao ágio oriundo da aquisição da Açotec, reconhecido inicialmente em 2012.

O ágio, no valor original de R\$ 51.250, foi registrado com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros advindos da combinação de negócios. No entanto, com base em estudos de viabilidade econômica, projeções de fluxo de caixa descontado e análise das condições de mercado, concluiu-se que os ativos não apresentam mais capacidade de recuperação compatível com o valor contábil registrado. Dessa forma, foi reconhecida, neste exercício, uma perda por *impairment* no montante de R\$ 51.250, reduzindo o saldo do ativo intangível correspondente ao ágio a zero, como demonstrado na Nota 13. A referida baixa impactou diretamente o resultado do exercício, sendo registrada como despesa na demonstração do resultado na rubrica de "Outras receitas/despesas operacionais" como "Perda por impairment de ativos intangíveis" - Nota 26.

**e) Imobilizado**

**Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, caso aplicável.

A Companhia optou por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

**Depreciação**

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada de cada item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A Companhia considera as seguintes vidas úteis econômicas para os bens constantes de seu ativo imobilizado:

Edifícios	1,53% a 4,00% ao ano
Máquinas e equipamentos	5,6% a 20% ao ano
Móveis e utensílios	10% ao ano
Equipamentos de informática	20% ao ano

**f) Intangível**

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: ágio na compra da Açotec, softwares, marcas e patentes e por gastos com desenvolvimento de novos produtos. Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial.

**g) Estoques**

Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor de mercado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

**h) Ativos classificados com mantidos para venda**

Os ativos não circulantes e eventuais passivos associados são classificados como mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio da venda.

**i) Propriedade para investimento**

A propriedade para investimento é mantida para valorização de capital a longo prazo e não para venda a curto prazo no curso ordinário dos negócios.

A propriedade para investimento é mensurada inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, a propriedade para investimento é mensurada ao valor justo.

Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do período no qual as mudanças ocorreram.

**j) Provisões**

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação legal ou presumida, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no

resultado. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

**k) Reconhecimento de receita**

As receitas provenientes da venda de bens são reconhecidas quando a Companhia transfere os riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que a Companhia receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador.

As receitas pela prestação de serviços de engenharia e montagem são reconhecidas de acordo com a efetiva prestação de serviço com base nas medições aprovadas pelo cliente ou quando efetivamente concluídas.

**l) Arrendamento mercantil**

**Ativos de direito de uso**

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data do início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

**Passivo de arrendamento**

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber.

Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimos incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamentos efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

**Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor**

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

**m) Tributos sobre o lucro**

Compreende o Imposto de Renda – Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), que são calculados anualmente com base no lucro tributável.

Tributos diferidos representam os créditos e débitos sobre diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de tributos diferidos são classificados como não circulantes. Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de serem compensados, e se forem de competência da mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável. Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor na data do balanço.

**n) Novos pronunciamentos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024**

Determinadas normas entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Abaixo encontram-se elencados um resumo de tais normas e seu impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

**Acordos de financiamento de fornecedores**

Alterações no CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e o CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. Não houve impacto na adoção da nova norma às demonstrações financeiras da Companhia.

**Alterações ao CPC 26**

Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis). Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, que foram refletidas no CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. Não houve impacto na adoção da nova norma às demonstrações financeiras da Companhia.

**o) Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras, que substitui a IAS 1 (CPC 26 (R1)). A nova norma mantém muitos dos requisitos da IAS 1 (CPC 26 (R1)).
- Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros que alteram a IFRS 9 (CPC 48) e a IFRS 7 (CPC 40 (R1)).
- Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 – Subsidiárias sem obrigação pública: Divulgação, que permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS em suas demonstrações financeiras.
- Em julho de 2024, o IASB emitiu o documento Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11, que faz pequenas alterações às IFRS 1 (CPC 37 (R1)), IFRS 7 (CPC 40 (R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e IAS 7 (CPC 03 (R2)).

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

O saldo da conta é formado substancialmente por depósitos bancários existentes ao final do exercício e que foram utilizados para quitação de obrigações no início do exercício subsequente. Os depósitos em conta corrente não são atualizados monetariamente e não há incidência de juros. Os recursos são mantidos pela Administração em instituições financeira consideradas sólidas e que não apresentam risco de liquidez.

**5. Contas a receber de clientes**

**a) Abertura das contas a receber de clientes**

	2024	2023
Contas a receber de clientes	65.785	31.068
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(8.606)	(5.915)
	<b>57.179</b>	<b>25.153</b>

**b) Movimentações da provisão para perdas em créditos de liquidação duvidosa**

	2024	2023
Saldo inicial	5.915	6.280
Constituição de provisão	2.691	-
Baixas e reversões	-	(365)
<b>Saldo final</b>	<b>8.606</b>	<b>5.915</b>

**c) Contas a receber de clientes por idade de vencimento**

Em 31 de dezembro, a análise do vencimento das contas a receber de clientes é a seguinte:

	2024	2023
A vencer	11.782	17.550
Vencidos até 30 dias	15.755	41
Vencidos até 31 a 90 dias	23.511	165
Vencidos de 91 a 180 dias	1.996	765
Vencidos acima de 181 dias	12.741	12.547
<b>Saldo final</b>	<b>65.785</b>	<b>31.068</b>

**6. Estoques**

A composição dos estoques pode ser assim resumida:

	2024	2023
Produtos acabados	7.019	27.218
Produtos em elaboração	5.449	3.535
Matéria prima	14.534	16.678
Material em poder de terceiros	1.925	6.448
Provisão para perdas	(359)	(359)
<b>Saldo final</b>	<b>28.568</b>	<b>53.520</b>

**7. Impostos a recuperar**

Os saldos de impostos a recuperar estão assim compostos:

	2024	2023
IPi	7.396	5.091
INSS	198	-
ICMS	8.312	4.166
IRRF, IRPJ e CSLL	3.888	2.259
Reitegra	196	196
PIS	1.310	7.955
COFINS	45.696	36.838
ISSQN	947	949
<b>Total</b>	<b>67.943</b>	<b>57.454</b>
Circulante	28.004	18.036
Não circulante	39.939	39.418

**8. Adiantamento a fornecedores**

	2024	2023
Fornecedores nacionais de materiais	18.363	3.528
Fornecedores estrangeiros de materiais	55	-
Fornecedores nacionais de serviços	30	-
Para viagens	100	-
<b>Total</b>	<b>18.548</b>	<b>3.528</b>

**9. Imposto de renda e contribuição social**  
Os saldos de impostos diferidos estão assim compostos:

	Imposto de Renda	2.024 Contribuição social	Total	Imposto de Renda	2.023 Contribuição social	Total
<b>Ativos diferidos</b>						
Provisão para devedores duvidosos	2.152	775	2.927	1.480	532	2.012
Provisão para perdas de estoque	90	32	122	90	32	122
Provisão para passivos trabalhistas	979	353	1.332	979	353	1.332
Provisão para passivos tributários	110	39	149	110	39	149
Provisão para passivos cíveis	187	67	254	187	67	254
Outras diferenças	106	38	144	-	-	-
Prejuízo fiscal/Base negativa	-	-	-	123.641	44.517	168.158
	<b>3.624</b>	<b>1.304</b>	<b>4.928</b>	<b>126.487</b>	<b>45.540</b>	<b>172.027</b>
<b>Passivos diferidos</b>						
Amortização ágio	-	-	-	(12.639)	(4.550)	(17.189)
Propriedade para investimento	-	-	-	(2.819)	(1.015)	(3.834)
Outras diferenças temporárias	(4.561)	(1.641)	(6.202)	(4.561)	(1.642)	(6.203)
Ajuste avaliação patrimonial imobilizado	(10.084)	(3.630)	(13.714)	(10.084)	(3.630)	(13.714)
	(14.645)	(5.271)	(19.916)	(30.103)	(10.837)	(40.940)
<b>Total impostos diferido (líquido)</b>	<b>(11.021)</b>	<b>(3.967)</b>	<b>(14.988)</b>	<b>96.384</b>	<b>34.703</b>	<b>131.087</b>

A alíquota efetiva dos impostos sobre a renda encontra-se assim demonstrada:

	2024	2023
Prejuízo antes dos impostos	(116.307)	(48.318)
Alíquota nominal	34%	34%
<b>Impostos de renda pela alíquota nominal</b>	<b>39.544</b>	<b>16.428</b>
Reversão de saldos anteriormente constituídos	(147.135)	-
Créditos tributários não constituídos	(38.513)	(22.293)
<b>Imposto de renda registrado ao resultado</b>	<b>(146.104)</b>	<b>(5.865)</b>

Devido ao contexto econômico e financeiro adverso da Companhia, que culminou em seu pedido de recuperação judicial conforme descrito na nota 1.1, a Administração avaliou como não atendidos os critérios de recuperabilidade de seus ativos fiscais diferidos reconhecidos relacionados a prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas acumulados e, assim, reverteu integralmente esses ativos. Adicionalmente não foram constituídos ativos diferidos relacionados aos créditos gerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os passivos fiscais diferidos também foram revertidos, uma vez que as projeções de sua materialização devam ocorrer em períodos em que ainda não haverá bases tributáveis de impostos.

O saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social em 31 de dezembro de 2024 totaliza R\$769.820. Como mencionado anteriormente, não foram constituídos o imposto de renda diferido e a contribuição social diferidos sobre esse montante.

**10. Propriedade para investimentos**

	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2022	25.100
Inclusão de propriedade para investimento	522
Saldo em 31 de dezembro de 2023	25.622
Transferência para imobilizado (Nota 12)	(25.622)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-

A administração mantinha imóvel classificado como propriedade para investimento. Em 31 de dezembro de 2024 a Administração decidiu reclassificar esses ativos para o imobilizado uma vez que tais bens serão utilizados nas atividades operacionais da Companhia.

**11. Ativos mantidos para a venda**

	2023	Reclassificação para imobilizado	2024
<b>Custo</b>			
Terrenos e edificações	64.475	(64.475)	-
Máquinas e equipamentos	1.267	(1.267)	-
<b>Total Custo</b>	<b>65.742</b>	<b>(65.742)</b>	<b>-</b>
<b>Depreciação</b>			
Edificações	(12.810)	12.810	-
Máquinas e equipamentos	(938)	938	-
<b>Total depreciação</b>	<b>(13.748)</b>	<b>13.748</b>	<b>-</b>
<b>Saldo líquido</b>			
Terrenos e edificações	51.665	(51.665)	-
Máquinas e equipamentos	328	(328)	-
<b>Total</b>	<b>51.993</b>	<b>(51.993)</b>	<b>-</b>

A Companhia, em anos anteriores, classificou determinados bens integrantes do ativo imobilizado como "ativos não circulantes mantidos para a venda". A classificação foi efetuada com base na decisão da Administração em realizar os referidos ativos por venda e não mais pelo seu uso contínuo. Tal decisão estava alinhada com a estratégia da Administração naquela data.

Esses ativos deixaram de ser depreciados a partir da data que foram classificados como ativos mantidos para venda como estabelecido pelo CPC 31 – Ativo não circulante mantido para a venda e operação descontinuada.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Administração decidiu descontinuar suas iniciativas de vendas de tais ativos. Essa decisão foi baseada por um novo alinhamento estratégico, o qual passou a considerar o uso do ativo como elemento importante em seus planos de recuperação econômico-financeiro. Desta forma tais ativos foram reclassificados para o grupo do ativo imobilizado.

Conforme requerido pelas normas contábeis na data em que o ativo deixou de ser classificado como mantido para venda o mesmo deve ser mensurado pelo valor mais baixo entre: (a) o seu valor contábil antes de o ativo ou o grupo de ativos ser classificado como mantido para venda, ajustado por qualquer depreciação que teria sido reconhecida se o ativo não estivesse classificado como mantido para venda; e (b) o seu montante recuperável à data da decisão de não mais vendê-lo.

O valor dos ativos ajustados pela depreciação desde a data da classificação como mantido para venda até a data de alteração da classificação totalizou R\$32.441. Esse valor é mais baixo que o valor esperado para realização por venda, sendo assim, esse montante foi considerado como a nova base de valor para fins de registro no ativo imobilizado.

A nova remensuração gerou uma perda no montante de R\$19.552 a qual foi registrada no resultado do exercício na rubrica de "Outras receitas/despesas operacionais" - (Vide Nota 26).

**12. Imobilizado**

	Terrenos e edificações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.382	123.766	9.770	3.465	838	5.873	148.094
Aquisições	-	390	2	24	-	26	442
Baixas	-	(52)	(1)	-	-	-	(53)
Transferências	-	1.509	-	-	-	(1.509)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.382	125.613	9.771	3.489	838	4.390	148.483
Aquisições	-	36	-	-	-	235	271
Reclassificação ativos mantidos para venda (Nota 11)	64.475	1.267	-	-	-	-	65.742
Reclassificação propriedades para investimentos (Nota 10)	25.622	-	-	-	-	-	25.622
Baixas	-	(6)	-	-	-	(6)	(12)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>94.479</b>	<b>126.910</b>	<b>9.771</b>	<b>3.489</b>	<b>838</b>	<b>4.619</b>	<b>240.106</b>
<b>Depreciação</b>							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(3.364)	(103.390)	(9.712)	(3.137)	(838)	-	(120.441)
Depreciação	(40)	(3.414)	(6)	(100)	-	-	(3.559)
Baixas	-	27	-	-	-	27	27
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(3.404)	(106.777)	(9.718)	(3.237)	(838)	-	(123.973)
Depreciação	(32)	(2.489)	(3)	(23)	-	-	(2.548)
Reclassificação ativos mantidos para venda (Nota 11)	(12.810)	(938)	-	-	-	-	(13.748)
Perda por mensuração de ativos mantidos para venda (Nota 11)	(19.212)	(340)	-	-	-	-	(19.552)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(35.458)</b>	<b>(110.544)</b>	<b>(9.721)</b>	<b>(3.260)</b>	<b>(838)</b>	<b>-</b>	<b>(159.821)</b>
<b>Valor residual líquido</b>							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.018	20.376	58	328	-	5.873	27.653
Saldo em 31 de dezembro de 2023	978	18.836	53	252	-	4.390	24.510
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>59.021</b>	<b>16.366</b>	<b>50</b>	<b>229</b>	<b>-</b>	<b>4.619</b>	<b>80.285</b>

**13. Intangível**  
A composição e movimentação do intangível é assim demonstrada:

	Sistemas e aplicativos	Marcas e direitos	Em andamento	Pesquisa e desenvolvimento	Ágio na aquisição de investimento	Total
<b>Custo</b>						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	34.295	39	5.962	5.855	51.250	97.401
Aquisições	-	-	1.503	-	-	1.503
Baixas	-	-	(349)	-	-	(349)
Transferências	-	-	(5.566)	5.566	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	34.295	39	1.550	11.421	51.250	98.555
Impairment	-	-	-	-	(51.250)	(51.250)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>34.295</b>	<b>39</b>	<b>1.550</b>	<b>11.421</b>	<b>-</b>	<b>47.305</b>
<b>Amortização</b>						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(33.804)	-	-	(2.838)	-	(36.642)
Amortização	(310)	-	-	(1.508)	-	(1.818)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(34.114)	-	-	(4.346)	-	(38.460)
Amortização	(170)	-	-	(2.123)	-	(2.293)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(34.284)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.469)</b>	<b>-</b>	<b>(40.753)</b>
<b>Valor residual líquido</b>						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	491	39	5.962	3.017	51.250	60.759
Saldo em 31 de dezembro de 2023	181	39	1.550	7.075	51.250	60.095
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>11</b>	<b>39</b>	<b>1.550</b>	<b>4.952</b>	<b>-</b>	<b>6.552</b>

O saldo de ágio refere-se à aquisição da Açotec, empresa adquirida e incorporada em anos anteriores. O valor contábil do ágio foi reduzido ao seu valor recuperável através do reconhecimento de uma perda por impairment, em função da redução substancial de geração de resultados dessa unidade geradora de caixa e da ausência de perspectiva de geração futura de caixa que justifique a manutenção do ágio. Essa perda foi registrada na rubrica de "Outras receitas/despesas operacionais" na demonstração do resultado (vide Nota 26).

**14. Empréstimos e financiamentos**  
As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

Descrição	Encargos	2024	2023
FINEP	T.JLP+0,5%	-	44.898
CCB	2,5%am	-	114.547
ACC	Cambio+ 4,00%aa	184.370	106.119
Cédula de crédito	2,5%am	-	131.397
Capital de giro	2,5%am	22.856	51.956
		<b>207.226</b>	<b>448.917</b>
Passivo circulante		10.916	233.532
Passivo não circulante		196.310	215.385
Composição por moeda:			
		<b>2024</b>	<b>2023</b>
Moeda nacional		184.370	345.783
Moeda estrangeira		22.856	103.134
		<b>207.226</b>	<b>448.917</b>

Movimentação dos saldos:

	2024	2023
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>448.917</b>	<b>511.604</b>
Juros, atualização e variação cambial	35.316	71.335
Captações	179.736	156.133
Amortizações	(182.362)	(290.155)
Transf. cédulas de crédito p/ cred concursais – Nota 16	(199.574)	-
Transf. capital de giro p/ cred. concursais – Nota 16	(74.807)	-
<b>Saldos Em 31/12/2024</b>	<b>207.226</b>	<b>448.917</b>

Em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial, ajuizado em 23 de março de 2024, a totalidade dos saldos de empréstimos e financiamentos até a referida data estão com a sua exigibilidade suspensa. Os contratos incluídos no programa de recuperação judicial foram transferidos para a conta de Credores Quirografários, mantendo à rubrica de empréstimos e financiamentos apenas os contratos extra-concursais. A Companhia registrou os encargos financeiros dos empréstimos e financiamentos incluídos no programa de recuperação judicial até a data do Pedido de Recuperação Judicial, conforme determinado no artigo 6º, inciso II da Lei No 11.101/2005.

Os passivos financeiros não incluídos no pedido de recuperação judicial também estão sendo negociados com os credores. Para essas operações específicas, ainda não foram registrados nenhum encargo ou atualização monetária uma vez que tais negociações permanecem em andamento.

**15. Debêntures**  
A movimentação das debêntures no exercício pode ser assim demonstrada:

	2024	2023
Saldos no início do exercício	12.155	13.016
Juros e atualizações	756	1.441
Liquidações	-	(2.302)
	<b>12.911</b>	<b>12.155</b>

As debêntures da Companhia são formadas por duas emissões privadas de debêntures simples.

**Primeira emissão**  
Emittida em 13 de março de 2020, são títulos não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, no valor de R\$ 25.000. Foram emitidas 25.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1. O prazo das debêntures, conforme aditivo assinado em 03/08/2023 é de 05 anos e 03 meses contados a data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15/06/2025. Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia (CDI), acrescidos de sobretaxa de 4,00% a.a.

**Segunda emissão**  
Em 16 de novembro de 2021 a Companhia realizou a segunda emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, em série única no valor de R\$ 16.873. Foram emitidas 16.873.434 (dezesseis milhões, oitocentos e setenta e três mil, quatrocentos e trinta e quatro debêntures) com valor nominal unitário de R\$ 1,00. A data de vencimento, será em 15 de junho de 2025. Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia (CDI), acrescidos de sobretaxa de 4,00% a.a.

**16. Credores concursais (passivo não circulante)**

Natureza do credor	Classe	Saldo
Fornecedores	III e IV	104.266
Obrigações com clientes não cumpridas* – Nota 18	III	77.439
Partes relacionadas – Nota 22	III	34.414
Instituições financeiras		
Cédula de crédito – Nota 14	III	199.574
Capital de giro – Nota 14	III	74.807
<b>Total credores quirografários</b>		<b>490.500</b>

\* Refere-se a adiantamentos efetuados por clientes para realização de obras.

Os créditos incluídos no plano de recuperação judicial foram atualizados conforme seus instrumentos contratuais até a data da inclusão no plano de recuperação, tendo sido cessada qualquer atualização após esta data.

**17. Impostos a recolher**  
As contas de salários e encargos sociais está assim disposta:

	2024	2023
INSS	27.886	4.768
ICMS	24.425	21.569
ISS	9.191	8.528
PIS/COFINS	4.516	2.431
IRRF	1.592	1.568
Outros	1.215	116
<b>Total</b>	<b>68.825</b>	<b>48.980</b>

A Companhia está em 31 de dezembro de 2024 em processo de revisão e conciliação dos saldos de impostos a pagar. Até a presente data não foi registrado nenhum encargo, juros e multa sobre os valores em atraso após 31 de março de 2024.

**18. Adiantamentos de clientes**  
Composto por valores de adiantamento efetuados por clientes para a realização de obras. Os valores não estão sendo atualizados. Os saldos de adiantamentos existentes na data do pedido de recuperação judicial, no valor de R\$77.438, foram incluídos no programa de recuperação judicial. Vide nota 16.

**19. Arrendamento Mercantil (Direito de uso e passivo de arrendamento)**  
Direito de uso  
A movimentação dos ativos de direito de uso em 2023 e 2024 está abaixo apresentada:

	2024	2023
<b>Saldo inicial</b>	<b>480</b>	<b>1.979</b>
Novos contratos	470	301
Baixa de contratos	(481)	(917)
Depreciações	(54)	(883)
<b>Saldo final</b>	<b>415</b>	<b>480</b>

**Passivo de arrendamento**  
A movimentação dos passivos de arrendamento em 2023 e 2024 está abaixo apresentada:

	2024	2023
<b>Saldo inicial</b>	<b>497</b>	<b>2.003</b>
Novos contratos	417	301
Baixa de contratos	(508)	(917)
Pagamentos	-	(890)
<b>Saldo final</b>	<b>406</b>	<b>497</b>

**20. Operação financeira com lastro imobiliário**  
Em janeiro de 2022 a Companhia concluiu as condições precedentes estabelecidas para realização de uma operação financeira com lastro imobiliário intitulada como "Sale & Leaseback" do imóvel localizado na cidade de Nova Bassano no Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Atílio Bilibio, nº 685, principal estabelecimento operacional, conforme contratos assinados com a instituição financeira Vórtix Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, na qualidade de instituição administradora do Mezanino Estruturado Fundo de Investimentos e do Zavit Real Estate Fund – Fundo de Investimento Imobiliário.

O contrato tem vigência de 15 anos e contém opção de recompra do imóvel por parte da Companhia.

A avaliação do referido imóvel à época era de R\$ 80.000.000,00, no entanto a Companhia recebeu pela suposta compra e venda o valor de R\$ 50.000.000,00, assumindo o pagamento locatício que representa aproximadamente 1,2% (dois por cento) do valor recebido, o que está em desacordo com os parâmetros habitualmente praticados pelo mercado. Esse e outros motivos suscitaram a proposição, no ano de 2024, de ação de nulidade do referido negócio e de todos os contratos relacionados, que tramita perante a 2ª Vara Judicial de Nova Prata (RS), sob número 5001557-58.2024.8.21.0058.

**21. Provisão para passivos cíveis, tributários e trabalhistas**  
A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e considerando o histórico das ações referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso, como se segue:

continuação		MEDABIL INDUSTRIA EM SISTEMAS CONSTRUTIVOS S/A		CNPJ 94.638.392/0001-62 (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)		Crowe			
		2024	2023	2024	2023	2024	2023		
A Companhia tem diversas ações com probabilidade de perda considerada como possível por seus assessores, todas relacionadas aos valores incluídos no programa de recuperação judicial, e todos já contabilizados pelos montantes contratuais e divulgados nas demonstrações financeiras. Não há outros processos com perdas consideradas possíveis de valores relevantes.									
<b>22. Empréstimos com partes relacionadas</b>									
Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas decorrentes de transações entre as empresas do grupo e/ou acionistas estão abaixo relacionadas:									
	2023	Juros	Reclassificado*	2024					
Lourdes Bilibio	5.008	-	(5.008)	-					
Debida	248	6	(254)	-					
Mextrema Montagens e Empr. Imob.	(495)	-	495	-					
Cesar Bilibio	15.741	-	(15.741)	-					
Lires Bilibio	850	-	(850)	-					
Marcia Bilibio	12.265	-	(12.265)	-					
L&C Participações Ltda	468	14	(482)	-					
Tecnoforte Construtora e Incor. Capital	301	7	(308)	-					
<b>Total</b>	<b>34.386</b>	<b>28</b>	<b>(34.414)</b>						
* Reclassificado para a conta de credores concursais, por estarem incluídas no plano de recuperação judicial. Vide Nota 16.									
<b>23. Patrimônio líquido</b>									
<b>a) Capital social e direitos das ações</b>									
Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é de R\$ 173.904, dividido em 173.904 (cento e setenta e três, novecentos e quatro mil) de ações, ordinárias, nominativas e sem valor nominal, cada uma com direito a um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas.									
<b>b) Dividendos</b>									
Os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado. Nos últimos anos a Companhia não apresentou lucros a serem distribuídos.									
<b>c) Incentivos fiscais</b>									
O saldo refere-se aos benefícios recebidos do Fundopem - Fundo Operação Empresa para investimentos industriais e geração de empregos, R\$1.630, e benefícios do PDTI (Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial) para investimento na sua modernização tecnológica, R\$265.									
<b>d) Ajustes de avaliação patrimonial</b>									
Constituída em decorrência da opção pela adoção do custo atribuído ( <i>deemed cost</i> ) que ajustou os saldos de abertura dos bens do ativo imobilizado na data de transição em 1º de janeiro de 2009 com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos correspondentes estão classificados no passivo não circulante. O ajuste do custo atribuído registrado na reserva de ajuste de avaliação patrimonial está sendo realizado por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos impostos diferidos.									
<b>e) Reserva legal</b>									
E constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social									
<b>24. Receita operacional líquida</b>									
Abertura dos custos e despesas de acordo com a sua natureza.									
	2024	2023							
Vendas de produtos e serviços	208.164	527.994							
Impostos sobre vendas	(15.084)	(74.615)							
Devoluções e abatimentos de vendas	(1.583)	(17.918)							
Receita operacional líquida	<b>191.497</b>	<b>435.461</b>							
<b>25. Custos e despesas por natureza</b>									
Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:									
	2024	2023							
Custos dos produtos e serviços vendidos	145.138	340.840							
Despesas com vendas	13.132	29.385							
despesas gerais e administrativas	38.268	28.393							
	<b>196.538</b>	<b>398.618</b>							
Salários e encargos sociais	51.485	82.660							
Serviços prestados por terceiros	17.356	37.462							
Frete sobre vendas	4.494	18.547							
Viagens	2.947	5.459							
Comerciais	251	132							
Materiais consumidos	97.208	224.991							
Manutenção	2.354	7.312							
Utilidades	5.112	8.581							
Depreciação e amortização	4.895	6.260							
Outros	10.436	7.214							
	<b>196.538</b>	<b>398.618</b>							
<b>26. Outras receitas (despesas) operacionais</b>									
	2024	2023							
Créditos fiscais	-	5.599							
Outras despesas jurídicas	(399)	(6.514)							
Reversão/baixa de títulos	-	(2.294)							
Alienação bens permanentes	67	(50)							
Impairment de ágio (Nota 13)	(51.250)	-							
Remensuração de ativos mantidos para venda (Nota 11)	(19.552)	-							
Outras receitas (despesas)	(4.172)	5.265							
	<b>(75.306)</b>	<b>2.006</b>							
<b>27. Resultado financeiro</b>									
<b>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>									
Aos Administradores e Acionistas da Medabil Indústria em Sistemas Construtivos S/A. – Em Recuperação Judicial Nova Bassano - RS									
<b>Opinião com ressalvas por limitação de escopo sobre as demonstrações financeiras</b>									
Examinamos as demonstrações financeiras da Medabil Indústria em Sistemas Construtivos S/A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.									
Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Medabil Indústria em Sistemas Construtivos S/A. - Em Recuperação Judicial, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.									
<b>Base para opinião com ressalva</b>									
<b>Impostos a recuperar</b>									
Conforme descrito na nota explicativa nº 07, a Companhia tem registrado em seus ativos os valores de R\$ 28.004 mil e R\$ 39.939 mil referentes aos impostos a recuperar a curto e longo prazo, respectivamente. Devido à ausência que permitam identificar a origem e existência dos ativos, forma e prazo de realização, não nos foi possível concluir sobre a necessidade ou não de registrar ajustes no conjunto de impostos a recuperar.									
<b>Obrigações fiscais</b>									
Devido à ausência que permitam identificar a origem e existência dos passivos, forma e prazo de liquidação das obrigações fiscais, que totalizavam em 31/12/2024 R\$ 68.825 mil, não nos foi possível concluir sobre a exatidão dos saldos.									
<b>Ênfase</b>									
<b>Continuidade operacional</b>									
A Companhia vinha apresentando prejuízos significativos em suas operações, muito afetado pelos altos custos com capital de terceiros, prejudicando o fluxo de caixa interno e interferindo na sua continuidade operacional. Assim sendo, iniciou-se um plano de recuperação judicial conforme comentado na Nota Explicativa nº 1.1 As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem quaisquer ajustes ou ressalvas originadas destas incertezas. Conforme mencionado na nota explicativa 1.1, em 28/03/2024 foi deferido pela 01ª Vara Cível da Comarca de Porto Alegre o pedido de recuperação judicial da Companhia. Em 2024, a Administração apresentou o plano de recuperação judicial que se encontra em fase de avaliação com os credores e stakeholders e cuja implementação depende da aprovação em Assembleia Geral de Credores.									
Chamamos a atenção para o fato que a continuidade operacional da Companhia está diretamente relacionada à aprovação do plano de recuperação judicial pela Assembleia Geral de Credores.									
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.									
<b>Outros assuntos</b>									
<b>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor</b>									
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.									
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.									
Receitas sobre aplicações financeiras									
Juros de descontos auferidos									
<b>Total de receitas financeiras</b>									
Juros sobre empréstimos e financiamentos									
Juros e descontos concedidos									
Juros liquidados									
Outros									
<b>Total de despesas financeiras</b>									
Variação cambial receita									
Total variação cambial despesa									
<b>Total variação cambial líquida</b>									
<b>Resultado financeiro, líquido</b>									
<b>28. Gestão de riscos financeiros</b>									
<b>Considerações gerais e políticas</b>									
A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras. Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela administração. A política de aplicações financeiras estabelecida pela administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.									
<b>Fatores de riscos financeiros</b>									
As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.									
A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia. A administração identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.									
Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores. Parte dos instrumentos de dívida foram incluídos em programa de recuperação judicial, contabilmente foram mantidos os valores contratuais atualizados até a data do pedido.									
<b>Riscos de mercado</b>									
<b>Risco de Crédito</b>									
O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.									
<b>Risco de Liquidez</b>									
A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Em função das análises de liquidez, a Administração recomendou aos acionistas o pedido de recuperação judicial mencionado na Nota 1.1. A Companhia leva em consideração os aspectos inerentes ao processo de recuperação judicial na gestão de suas linhas de crédito disponíveis e na gestão de seu fluxo de caixa.									
A administração investe o excesso de caixa em contas de aplicação financeira com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.									
<b>29. Cobertura de seguros</b>									
A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.									
Os contratos de seguros foram firmados com a seguinte Companhia:									
	<b>Cobertura</b>	<b>Seguradora</b>							
Indenização a terceiros	10.000.000	Seguro RCG Geral – YLM Seguros							
Obras	5.000.000	Seguro RCG Obras - Ezze Seguros S/A							
Adicionalmente, a Companhia possui seguro patrimonial com a Seguradora Mapfre Seguros Gerais S.A., onde o valor em risco é no montante de R\$ 211.176, com limite máximo de garantia de R\$ 137.473.									
A Companhia também contrata seguros para as obras em conformidade com o respectivo tempo de execução.									
<b>30. Transações não caixa</b>									
As transações realizadas no exercício e que não afetaram caixa estão abaixo descritas:									
	2024	2023							
Reclassificação de propriedade para investimentos para imobilizado	(25.622)	-							
Reclassificação de bens mantidos para venda para imobilizado	(51.993)	-							
Imobilizado reclassificado de propriedades e bens mantidos para venda	77.615	-							
Reclassificação de fornecedores para credores concursais	104.266	-							
Reclassificação de adiantamentos de clientes para credores concursais	77.439	-							
Reclassificação de empréstimos (cédula de crédito) para credores concursais	199.574	-							
Reclassificação de empréstimos (capital de giro) para credores concursais	74.807	-							
Reclassificação de partes relacionadas para credores concursais	34.414	-							
Constituição de credores concursais	(490.500)	-							
<table border="1"> <tr> <td><b>Helio Siqueira</b> Diretor- Presidente</td> <td><b>Alexandro Correia de Resende</b> Contador CRC/RS 06875709</td> </tr> </table>								<b>Helio Siqueira</b> Diretor- Presidente	<b>Alexandro Correia de Resende</b> Contador CRC/RS 06875709
<b>Helio Siqueira</b> Diretor- Presidente	<b>Alexandro Correia de Resende</b> Contador CRC/RS 06875709								

Porto Alegre, 18 de agosto de 2025.

Crowe Consult Auditores e Consultores Associados  
CRC RS009034/OJoão Henrique Sperling Lubisco  
Contador – CRC-RS 067.188/O-8Rafael Ferrari  
Contador – CRC-RS 065.901/O-0

# PUBLICIDADE LEGAL

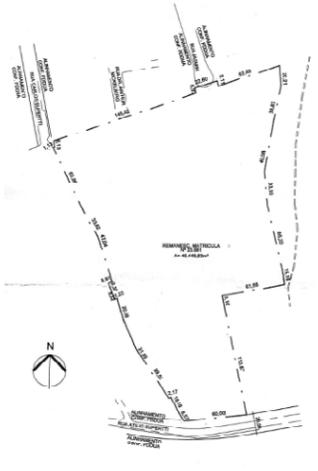
**EDITAL**  
**MOYSÉS MARCELO DE SILLOS**, Registrador, do Serviço de Registro de Imóveis da 3ª Zona da Comarca de Porto Alegre/RS.

FAZ SABER, a quem interessar possa, que **CIA ELAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS**, CNPJ 28.703.650/0001-12, com sede nesta Capital, na qualidade de promitente vendedor e loteador, com anuência da anuente, **CONSTRUTORA TENDA S/A.**, CNPJ 71.476.527/0001-35, com sede em São Paulo/SP e da promitente compradora, **TENDA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A**, CNPJ 09.625.762/0001-58, com sede em São Paulo/SP, cumprindo o que determina a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1.979, e demais normas legais aplicáveis, requereu o depósito dos documentos e o registro do Loteamento denominado "**LOTEAMENTO ATÍLIO 1407**", o qual será implantado sobre um terreno situado no Bairro Vila Nova, sem quarteirão delineado, a saber: Uma Fração de Terras com a área superficial de **46.449,63m²** com as seguintes medidas e confrontações: ao Sul, fazendo frente à Rua Atílio Supereti por 60,00m; ao Leste, confrontando com área de Carlos José Supereti e sua esposa Alice Gomes Supereti, por nove segmentos, medindo: o primeiro 113,67m, no sentido Sudeste-Noroeste, o segundo 8,10m, no sentido Sudeste-Noroeste, o terceiro 61,68m, no sentido Sudoeste-Nordeste, o quarto 15,16m, no sentido Sudeste-Noroeste, o quinto 66,20m, no sentido Sudeste-Noroeste, o sexto 33,55m, no sentido Sul-Norte, o sétimo 49,08m, no sentido Sudoeste-Nordeste, o oitavo 38,63m, no sentido Sudoeste-Nordeste, e o nono 20,21m, no sentido Sul-Norte; ao Norte, confrontando com terras de Thome Antônio de Souza, por cinco segmentos, medindo: o primeiro 62,48m, no sentido Nordeste-Sudoeste, o segundo 5,11m, no sentido Sul-Norte, o terceiro 22,60m, no sentido Nordeste-Sudoeste, o quarto 5,97m, no sentido Norte-Sul, e o quinto 145,42m, no sentido Nordeste-Sudoeste; ao Oeste confrontando com terras da sucessão de José Baptista de Magalhães por quinze segmentos, o primeiro medindo 6,13m, no sentido Norte-Sul, o segundo medindo 1,13m, no sentido Nordeste-Sudoeste, o terceiro medindo 65,86m, no sentido Noroeste-Sudeste, o quarto medindo 33,82m, no sentido Noroeste-Sudeste, o quinto medindo 47,04m, no sentido Noroeste-Sudeste, o sexto medindo 3,91m, no sentido Nordeste-Sudoeste, o sétimo medindo 9,37m, no sentido Noroeste-Sudeste, o oitavo medindo 8,82m, no sentido Noroeste-Sudeste, o nono medindo 2,22m, no sentido Sudoeste-Nordeste, o décimo medindo 20,58m, no sentido Noroeste-Sudeste, o décimo primeiro medindo 31,89m, no sentido Noroeste-Sudeste, o décimo segundo medindo 59,52m, no sentido Noroeste-Sudeste, o décimo terceiro medindo 2,17m, no sentido Oeste-Leste, o décimo quarto medindo 18,18m, no sentido Noroeste-Sudeste, e o décimo quinto medindo 8,57m, no sentido Noroeste-Sudeste; retornando ao ponto inicial e fechando o perímetro.

O imóvel retro encontra-se lançado no álbum fundiário desta Serventia no Livro 2-Registro Geral, matrícula nº 23.681.

De acordo com o Parecer nº 002/2025, expedido pela Comissão de Análise e Aprovação de Demanda Habitacional Prioritária – CAADHAP da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade de Porto Alegre, fica dispensada a prestação de garantia para execução das obras de urbanização do loteamento, nos termos do art. 6º, da Lei Complementar nº 547/2006.

FAZ SABER, outrossim, que tendo sido apresentado o memorial acompanhado da documentação hábil, será feito o registro decorridos quinze dias da última publicação deste, caso não sobrevenham impugnações de terceiros.



PLANTA DE SITUAÇÃO  
 ESCALA: 1:10000

Porto Alegre/RS, em 20 de agosto de 2025.  
 MOYSÉS MARCELO DE SILLOS O1083248855 - Assessor de Registro de Imóveis de Porto Alegre/RS  
 Moysés Marcelo de Sillos  
 Registrador

## Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Escaneie o QRCode abaixo e entre em contato:



O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais.

Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

WHATSAPP: (51) 3213-1342  
 EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

